

Vaqueiros e Coronéis no Vale do Alto Tocantins (1889-1893): relato de um crime anunciado

Estefânia Knotz Canguçu Fraga¹

Rita de Cássia Guimarães Melo²

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa (pós-doutorado) que vimos desenvolvendo - Fontes Processuais, Inventários, Testamentos e a prática da história social no Norte de Goiás (1870-1930), sob a orientação da professora Estefânia Knotz Canguçu Fraga. O artigo relata um assassinato ocorrido em 1889-1893, no vale do alto Rio Tocantins, fundamentado na leitura dos depoimentos registrados no processo crime encontrado, entre tantos outros, nos porões dos fóruns de algumas cidades do estado do Tocantins. A partir do documento, analisamos os aspectos econômico-sociais de utilização da terra e as particularidades das relações entre vaqueiros, camaradas, parceiros, lavradores e criadores de gado, em luta pelo domínio das terras, dos recursos naturais e dos homens do sertão no final do século XIX.

1. UM CRIME ANUNCIADO

Numa sexta-feira de 5 de julho de 1889³, Francisco Pereira Lobato, também conhecido como Lazinho ou Cachiado (Caxeado), foi assassinado com quatro tiros – no braço esquerdo e três no lado direito do peito – disparados por Joaquim Bala. Os matadores apareceram na roça, onde trabalhava Lobato, armados de espingarda e facão. Ordenaram-lhe que “largasse as arma”. Lobato respondeu que só largaria “as arma” se também eles largassem as deles. De imediato, Joaquim Bala deu um tiro no braço direito de Lobato e, vendo-o caído, aproximou-se e disse: “Conheça como se furta gado de Canguçu”, no que respondeu Lobato, “não furto gado de Canguçu, estou comendo o que é meu”. Em seguida, Joaquim Bala “tirou um cartucho da cintura e meteu-o na

¹ Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, orientadora Pós- doutorado. Pesquisadora FAPESP/CNPq.

² Professora e pesquisadora do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins.

³ Em 05 de agosto de 1889 faz-se o primeiro registro judicial do crime (sumário do crime). Em novembro de 1893 o réu comparece para depor.

arma”. Nesse instante, Francisco Pereira Lobato gritou a Lourenço Gonçalves, que o ajudava na “derrubada da roça”: - “corra meu filho, se não quer morrer comigo”. Lourenço correu, mas ainda deu tempo de “ôvi” os tiros desferidos pelos matadores.

Joaquim Bala chegou acompanhado de três homens, entre eles Manoel Orelha, o qual cortou uma das orelhas de Lobato, e saíram da cena do crime levando consigo a garrucha e o facão (preso num cinturão de sola), pertences do morto. Os outros dois homens eram Cypriano Muniz de Araújo (dito camarada e guarda-costas de Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu), Martinho Rodrigues de Araujo (camarada de Canguçu) e Antonio José de Carvalho, vulgo Antonão. Joaquim Bala era “de cor clara”, “acabelado ruivado”, de “estatura regular” e “assim de grossura”, conforme depoimento de Eugênio Pereira de Pinho, ajudante da vítima na roça e testemunha ocular.

No dia do crime, Francisco Pereira Lobato seguiu com Eugênio e Lourenço em direção ao rio [Tocantins], embarcaram e atravessaram o mesmo rio, indo para a roça. Lá estando trabalharam, e depois almoçaram e tornaram a começar o “serviço”, “derrubando uns paus”. Nesse momento saíram do mato os matadores. O crime aconteceu entre 11 horas e meio dia. Neste dia estavam com ele dois homens, Lourenço Francisco Gonçalves e Eugênio Pereira de Pinho, ambos, portanto, presentes na cena do crime. Manoel Lopes Sampaio (cunhado da vítima) e Marinho de Brito ajudavam na derrubada da roça, mas não se encontravam no local quando os matadores chegaram. A roça “estava ainda em derrubada”, situada à beira do Rio Tocantins, “defronte ao porto de Ipoeiras”, e “pouco acima da fazenda Itália”, propriedade de Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu.

Lourenço Francisco Gonçalves disse no depoimento “conhecer bem” os matadores, viajara com Manoel Orelha para o Peixe⁴ e, com Joaquim Bala, desde o Rio do Sono até a cidade de Porto Nacional. As duas viagens foram realizadas na canoa do mesmo Bernardino, e ambos os homens mencionados eram “camaradas” de Bernardino, acusado de ser o mandante do crime. Contou ainda o depoente, Lourenço Francisco Gonçalves - para maior veracidade do seu depoimento - que Manoel Orelha vinha “amontado em um cavalo pedrez grande e Joaquim Bala num cavalo ruço mesmo”. A

⁴ Peixe é um município criado em 1895, norte de Goiás, região onde habitavam os índios canoeiro. Peixe atualmente localiza-se no estado do Tocantins.

testemunha reconhecia os cavalos como pertencentes à fazenda Jacaré, também de propriedade de Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu. Afirmou que aqueles cavalos haviam dado muito trabalho - “labutou muito com eles, e que até o ruço era chamado de queimadinho e o pedrêz caborje”. A testemunha disse ser “camarada” de Lobato e ambos haviam trabalhado na fazenda Jacaré.

Lourenço, com muito medo, saiu na carreira embrenhando-se pelo mato e, “acoitado”, viu passar armados Joaquim Bala e Manoel Orelha, após terem cometido o assassinato, em direção à fazenda Itália, onde “apeou-se Bala e Orelha”, indicando que ambos os matadores foram para a casa de Pedro dos Santos e Silva, vaqueiro de Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu.

Lourenço afirmou ter avisado algumas vezes, à vítima, Francisco Pereira Lobato, sobre ter visto “no mato fechado uns cavalos ferrados que lhe pareceram de Canguçu”. Em outra ocasião, alertou a vítima dizendo ter visto “rastros de quatro homens que vinham do rio”. Lobato não acreditou e ainda “ralhou” com ele, Lourenço, supondo que estivesse mentindo. Rastros de gente estranha nas imediações da roça em que Lobato derrubava indicavam que “ali andava gente oculta”, mas esses sinais não foram suficientes para alertá-lo de que estava sendo vigiado.

Lourenço relatou, ainda, que entre Francisco Pereira Lobato e Pedro dos Santos e Silva acontecera o seguinte episódio: por causa de gados e um cavalo, os dois homens brigaram e “Pedro chegou, até mesmo, a arregaçar as mangas para bater em Lobato (...) e disse até que não o matava naquela hora por causa de umas mulheres que ali se achavam (...)”. O depoimento da viúva de Lobato, Quitéria Lopes Sampaio, acrescentou detalhes da desavença: segundo ela, houve uma grande briga entre Pedro e o assassinado “a ponto de ambos armarem-se de espingarda e garrucha”, momento em que Pedro declarou, no calor da situação, “que se não o matava [Lobato], era por ter a informante se colocado diante de seu marido, mas [Pedro] fazendo as mãos em cruz disse que em breves dias o matariam, pois ele [Lobato] tinha quem o matasse, e ficaram inimizados”.

Manoel Lopes Sampaio [cunhado da vítima, 40 anos de idade, lavrador, casado, natural desta freguesia e morador nas Ipoeiras] relatou que pedira a Pedro dos Santos se recusou a ajudar a buscar o “cadáver” que estava ainda do outro lado rio Tocantins.

Pedro se recusou dizendo “ter medo de ver defunto”, então o depoente argumentou: - “se era tão medroso como tinha coragem de matar gente”. Pedro, então, havia respondeu ao depoente que “nunca tinha feito morte alguma”. Com muita “brabeza”, Pedro foi, com os cunhados da vítima, “apanhar o corpo para se meter na rede”.

Luiza Pereira de Barros (solteira, ignorava a idade, vivia dos seus serviços domésticos) disse ter avisado ao assassinado um dia antes do crime que “na beira do rio havia amanhecido dois homens e que aí tinham dormido, e logo cedo haviam passado para o lado da Itália”. Outra testemunha afirmou ouvir Maria dizer que “toda noite Pedro dos Santos e Silva trazia uns homens do outro lado da Itália, fazenda de Canguçu, e os escondia no mato, na frente da casa do assassinado por onde ele ”*acustuma*“ passar para levar cavalo e, lá no mato, Pedro ia levar cachaça para eles”.

Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu entra na história como mandante do crime. Francisco Pereira Lobato (o Cacheado, Caxeado) fora seu vaqueiro⁵ e, pelos testemunhos, existira entre eles “questões por causa de gado”. A vítima, Lobato, dissera “numa ocasião” a Eugênio Pereira de Pinho que temia por sua vida, pois trabalhara como vaqueiro para Canguçu e ele “não lhe havia pago as suas sortes”. Eugênio disse ter acalmado Lobato dizendo-lhe que o devedor, então, era Canguçu e não ele. Lobato retrucara: àquele Canguçu “importava haver destraviado gado da fazenda em que tinha sido vaqueiro”.

A viúva de Lobato – Quitéria – conta que Eugênio Pereira de Pinho (presente na cena do crime) já sabia que os matadores iriam fazer o serviço naquele dia. Eugênio – vaqueiro e natural de Porto Nacional, morador nas Ipoeiras, – trabalhava de “alugado” para Francisco Pereira Lobato. Foi o primeiro a correr quando “as gentes” chegaram à roça, saiu na “carreira” e, “tomado de grande pavor fora se esconder numa grota que daí ficava a certa distância, e lá ficou até as ave-maria”. Quando chegou à casa de Ana Dias da Rocha – sogra da vítima – viu o corpo de Lobato já “asseado” e só então soube que tinham cortado sua orelha.

⁵ Euclides considerou que o verdadeiro povoamento do Brasil foi realizado pelo vaqueiro. Para ele era discutível que o africano “tenha atingido profundamente o sertão” e discordava dos historiadores que “davam ao negro uma influência exagerada na formação do sertanejo do Norte”. Também para Euclides o vaqueiro “olvidado” merecia mais destaque na formação de nossa gente: “bravo e determinado como o primeiro [bandeirante], resignado e tenaz como o segundo [jesuíta] tinha a vantagem de um atributo supletivo que faltou a ambos – fixação ao solo”. CUNHA, Euclides, Os sertões, p. 78.

Eugênio Pereira de Pinho tinha “inimizade” com muitas pessoas, inclusive com o assassinado. Foi ele, segundo testemunhas, que atravessara de canoa os matadores da fazenda Itália para o povoado de Ipoeiras na manhã do dia em que Lobato seria assassinado. Eugênio trabalhava “de alugado” na roça de Lobato e “no dia anterior em que se deu o assassinato deixara o serviço desde o meio dia e fora para Itália, onde estivera com aquele Pedro [dos Santos e Silva vaqueiro de Canguçu], e voltou a tardzinha”. Quanto voltou da fazenda, onde esteve conversando com aquele Pedro, foi-lhe dito [a Eugenio] “que não se devia ganhar dinheiro *atôa*”, pois ele não trabalhara naquele dia porque Lobato estava ausente. Diante da reprimenda, Eugenio, então, havia respondido: - “qual moço, ponha a comida, por que quero é comer, este serviço é perdido”.

O “serviço era perdido” porque Eugênio, supostamente, sabia que Lobato seria assassinado no dia seguinte. Consta nos depoimentos que Canguçu tencionava mandar matar Eugenio, “por causa” [deste] “lhe dever duas viagens ao Pará e não querer pagar-lhe”. Como ele sabia da trama de assassinato, o mesmo Pedro Silva lhe garantiu que podia ir com Lobato para a roça, “sem susto”, e que ele Eugenio não corria perigo.

Pedro dos Santos e Silva contou que Lobato temia por sua vida: temia ser assassinado por Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu por conta de “um barulho de gado”. Pedro, vaqueiro do réu [Canguçu] na fazenda Itália, disse que passado um “tempinho” após ter ouvido os tiros “viu três homens a pé, todos armados, passarem defronte à sua porta e os reconheceu como Antonio José de Carvalho”, o Antonão. Iam os três homens “amontados” e “sem encararem, com as vistas baixas”. Um outro depoente contou que os matadores passaram na casa de Pedro dos Santos e Silva para beberem água Pedro beberam água e que ouviu Pedro – “estando em pé no batente da porta” – perguntar “como eles tinham coragem de estar matando gente de dia tamanho”. A resposta de Cypriano Muniz foi: “Ora, Ora, há pouco dias matamos um lá pra cima e quando ele morria, disse rindo, estava espreguiçando, e todos dispararam a rir”. O mesmo Cypriano disse ainda “que [em] breves dias o sino havia de dobrar pra outro”.

O depoimento do Tenente Laurindo Pereira Lemos – 24 anos, fazendeiro, solteiro, natural de Porto Imperial – é relevante, pois o mesmo confirmou que “estando

na fazenda Jacaré de Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu, presenciou o mesmo dizer a Abrahão Pereira Lobato [irmão da vítima], com assistência de vários homens, que não se metesse com seus negócios entre ele [Canguçu] e Francisco Pereira Lobato. Nessa ocasião, Canguçu havia lembrado ao irmão da vítima que ele e Abrahão “tinham filhos para criarem” (isto significa que Lobato não tinha filhos, apesar de casado), e que lhe constava que Lobato, o assassinado, “tencionava partir sua fazenda do Jacaré no meio”. Ao que o irmão respondeu que [Canguçu] “não fosse homem de primeira informação, que assuntasse as causas primeiro, prometendo-lhe que se seu irmão lhe gastasse uma rês sequer, ele o auxiliaria no pagamento. Esta conversa aconteceu com a assistência do Tenente Laurindo Ferreira Lemos e seus “camaradas”: José Edmundo de Sant’Anna, Joaquim [ex-cravo do Capitão Theophilo Ayres da Silva, Joaquim [ex-cravo de Dona Cândida Rodrigues Lemos] iria começar a providenciar contra os ladrões de seus gados de “baixo para cima. Esta conversa se repetiu em diversas ocasiões na presença destas mesmas pessoas. Finalmente, Canguçu disse diante todos os homens ali presentes que iria começar a matar os ladrões de seu gado de baixo para cima.

Tenente Laurindo não era “gente” de Canguçu, mas fazendeiro como ele, e o sobrenome Lemos indica que era parente do Coronel Frederico Ferreira Lemos, homem conhecido na região como coronel Derico, e citado no processo como “amigo” de Canguçu. Cândido Dias Fernandes – lavrador, de 48 anos, casado, do “Borge” - disse ter levado um recado de Canguçu ao Coronel “Derico” [Frederico Ferreira Lemos] e ao Capitão Josué, pedindo aos mesmos que não se incomodassem com ele [Canguçu] nem com a polícia, pois estava “descansando e logo que descansasse viria até cá” [cidade de Porto Nacional]. Encontramos o coronel “Derico” [Frederico Ferreira Lemos] fazendo às vezes de juiz no processo.

Agostinho Pereira de Alexandria [51 anos de idade, natural da Palma, lavrador e morador nas Ipoeiras] contou que todos sabiam que Caxeado, a vítima, estava “em véspera de morrer”. Diante desta informação, que corria de boca em boca, ia sendo recomendado aos homens que não “andassem” com Caxeado e que seus vizinhos “tinham medo de tê-lo em casa ou encontrá-lo”. O Tenente Victo Ferreira de Sena contou ao depoente que “vagando por cerca de uma hora com o mesmo Caxeado, sentia muito medo de qualquer barulho”.

Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu, segundo os depoentes, era “dono” de três fazendas (a Itália, a Jacaré e a dos Dois Irmãos) e comerciante. Desconfiava que Lobato houvesse roubado algumas cabeças de gado. Canguçu aparece para depor somente em 13 de novembro de 1893, ou seja, quatro anos depois do crime de 5 de julho de 1889. Em seu depoimento disse chamar-se Eliseu Pinheiro Canguçu, filho de Inocêncio Pinheiro Canguçu, contava 57 anos, era solteiro, natural do Rio de Contas, estado da Bahia. Sua profissão “criador”. Residia em Porto Nacional.

De Francisco Pereira Lobato (Lazinho ou Caxeado) o assassinado, sabemos que foi vaqueiro de Bernardino Canguçu e dizia que o mesmo não tinha pagado a ele a parte do serviço, que consistia no sorteio das crias nascidas no período em que tomou conta do gado. O desajuste entre o criador e o vaqueiro levou a vítima a procurar outra forma de ganhar a vida: derrubar o mato de um pedaço de terra ao da fazenda Itália, pertencente a Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu. Para a derrubada do mato e, em seguida, fazer o “coivarado”, Lobato chamara dois “camaradas” e Eugênio Pereira de Pinho como trabalho alugado.

Quitéria Lopes Sampaio, de 24 anos, estava em “adiantado estado de gravidez” quando o crime aconteceu. Os laços familiares e a rede de parentesco que ligavam Francisco Pereira Lobato àquela comunidade vieram do casamento com a mesma Quitéria. Era da parte dela os cunhados, sobrinhos e sogra, e todos os moradores da localidade de Ipoeiras eram nascidos e criados ali mesma nas redondezas. Do lado de Lobato apenas o irmão – Abrahão Pereira Lobato, de 24 anos, vaqueiro - apareceu no processo. Era natural de Jaraguá – cidade próxima ao Rio das Almas, em Goiás – onde, muito provavelmente, nascera também Lobato.

Luis, “ex-cravo que se dizia ter sido de José Maria Monteiro de Barros”, disse a um dos depoentes que Canguçu “lhe convidara para matar o Caxeado (Lobato), mostrando-lhe por esta ocasião porção de dinheiro e o mesmo Luiz lhe dissera que não costumava ganhar dinheiro desse serviço. E dizendo-lhe Canguçu, ‘Bom dinheiro, meu caro, bom dinheiro’. E Luiz persistiu em não aceitar e veio avisar a Caxeado”.

No *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* há um verbete descrevendo o significado da alcunha Cacheado:

nome que tiveram no século XVIII os cangaceiros. Vimo-lo referido por Gustavo Barroso à pág. 48 do seu volume – *Almas e lama de aço* (1930), num capítulo inteiro, do qual extraímos os seguintes trechos: ‘os antigos cangaceiros do Nordeste tinham o hábito, que se prolongou até bem pouco tempo, de usar como distintivo profissional, sinal de valentia e fereza, uma longa melena sobre a testa, que, naturalmente pela mestiçagem, se enrolava, formando um trunfa ou topete. Daí talvez venham as expressões ter topete e ser topetudo, indicadoras de audácia. Quando o possuidor da mecha estava de chapéu à cabeça, ninguém a via; porém, logo que o tirava ou o derreava para trás, ela aparecia. E nenhuma pessoa se atrevia a tirar o menor *paluxio para as bandas* dum desses tipos. Nesse tempo, não se chamavam jagunços nem cangaceiros os cabras famanazes e os bandidos: eram os cacheados”.⁶

Não sabemos ainda se Francisco Pereira Lobato era um Cacheado, no sentido descrito pelo autor do Dicionário, pois no processo não consta sua idade, cor e naturalidade. Seu irmão – Abrahão Pereira Lobato, também vaqueiro, 26 anos de idade, era de Paranaguá, cidade próxima ao Rio das Almas, o que não explica muito, pois os envolvidos no crime, direta ou indiretamente, são moradores das beiradas do Rio Tocantins e seus afluentes. Mas Lobato era homem “brabo”. Seu irmão contou numa ocasião, próxima ao dia do crime, que ficara sabendo que homens de Canguçu o haviam prendido. Então respondeu ao informante que “seu irmão poderia ser morto, mas não preso, pois tinha certeza que ele não se entregaria à prisão”.

Abrahão contou que, Luiz Pinto de Cerqueira havia avisado a Lobato, a vítima, que Canguçu o havia “peitado” para matá-lo, oferecendo-lhe dinheiro e pólvora, mas que ele, [Luiz] somente aceitara a pólvora de que necessitava para caçar seus bichos. Este aviso fora dado à vítima no dia se Santo Antonio. Disse também a Lobato que “não tivesse susto, mas que se acautelasse de outros”. Em outro depoimento, Simão, morador em Santo Antonio distrito do Peixe, remeiro de Canguçu, chegando de uma viagem ao Pará, veio avisar a Lobato que mudasse, pois “pois que, aquele Canguçu, protestava matá-lo logo que chegasse.

Nessa análise, estamos levando em conta as condições materiais de vida e as condutas e interesses dos envolvidos no conflito, entendendo-os como resultado de

⁶ SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 5ª edição, vol 19. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 62.

fatores estruturais próprios ao local onde se deu o crime. O historiador Francisco Carlos Teixeira contesta a historiografia tradicional (Simonsen, Furtado e Caio Prado Jr.) e afirma ter havido uma “generalização abusiva” acerca do papel do *vaqueiro*, “como todo aquele que trabalha na fazenda”. Teixeira, amparado também nos estudos realizados por Luís Mott, afirma que:

o vaqueiro é homem livre, de prestígio e posição única na fazenda ou curral, tratado nos documentos por senhor, e se distingue claramente de seus homens. Estes, camaradas, cabras ou fábricas ocupam uma posição subalterna, inferior, e não tratam diretamente com os proprietários. Assim, o vaqueiro – rústico, forte e melancólico – não deve ser confundido com seus *cabras*.⁷

O vaqueiro Lobato era homem de “prestígio”. No decorrer do processo, algumas testemunhas disseram que o “ajudavam” na fazenda de Canguçu, que eram seus “camaradas”, o que significa que estavam sob o seu comando. Era parte do contrato entre o criador e o vaqueiro o pagamento das *sortes*, motivo que desencadeou o conflito e, resultou no assassinato de Lobato.

o meio de pagamento era a própria rês, uma a cada quatro crias nascidas por safra – o sistema de quarta (embora houvesse também o quinto – a *sorte* que animal caberia ao vaqueiro era tirada no local) uma malhada – na hora da partilha, marcando com seus ferros os animais recebidos. [O vaqueiro], possui ainda o direito de criar seu gado com livre acesso aos recursos, naturais ou não, da fazenda.

3 - O RÉU, CRIADOR E COMERCIANTE

Em 1º de fevereiro de 1889, seis meses antes do assassinato do vaqueiro Francisco Pereira Lobato, lemos a seguinte notícia no jornal Goyaz:

No Peixe continuam a fazer proeza os ladrões de gado. O Canguçu, que está para o Pará é a principal vítima dos bandidos, e quando voltar não encontrará mais suas cabeças de gado nas suas fazendas. Tem havido resistência por parte dos encarregados, o que tem dado lugar a mortes.

(...) Na Palma a ordem pública não está menos garantida. Ali os ladrões de gado formam quadrilhas e ameaçam a existência dos que tentam resistir-lhes.⁸ (...)

⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 8, abril 1997, p. 45

⁸ *Goyaz*, Ano IV, nº 174. 1889, 18 de Janeiro e 1º de Fevereiro.

A vida de Bernardino Augusto Pinheiro Canguçu estava difícil por estas bandas. Em outubro de 1888, a “tripulação dos botes”, deste comerciante, “travou luta, de que resultou saírem ferido o proprietário dos botes e um dos tripulantes, que recebeu uma facada no estomago”.⁹ Além de enfrentar os ladrões de gado, os comerciantes sofriam ataques aos seus botes, e suas mercadorias eram roubadas. As reclamações sobre os “famigerados” roubadores dos comerciantes e fazendeiros são constantes, assim como insistentes reclamações pela falta de polícia para proteger a “classe laboriosa”.

Os matadores eram homens já conhecidos pelas testemunhas informantes. As grandes distâncias entre as vilas, os arraiais, os povoados, e a precariedade dos meios de transporte, são fatores que permitem compreender porque os matadores viviam pelas redondezas. Isolamento e impunidade facilitavam os assassinatos e o relaxamento das tramas de contratação de criminosos. Joaquim Bala, o executor do crime, andava pelo sertão, subindo e descendo o rio Tocantins, e suas ações criminosas eram conhecidas pelos moradores das beiradas dos rios e das pequenas cidades. Seu nome saiu da boca dos sertanejos e do mundo dos “barraqueiros” para fazer história nos jornais publicados em Goiás, nas províncias do Maranhão, Piauí e Pará. Em 15 de janeiro de 1893 lemos sobre as façanhas de Joaquim Bala na região. Oficialmente, Joaquim Bala era responsável pela morte de dois homens do “jovem” Raphael, Lobato e um praça, mas pesava sobre os ombros do famigerado outras mortes. É o que lemos no Jornal do Estado de Goyaz:

A esta hora é triste o espetáculo que apresenta a cidade de Boa Vista, conforme as cartas que de lá nos tem vindo às mãos indiretamente. Cidadãos prestantes, pais de família probos e honestos acham-se trancados na cadeia pública sem culpa formada, sem outro motivo que justifique a sua reclusão a não ser o fato de não acompanharem o Coronel Leitão [Carlos Leitão] em seus crimes às escancaras perpetrados. E para cúmulo de tudo isto, como uma dolorosa afronta lançada à face da sociedade, passeia impunemente pelas ruas da cidade dando ares de chefe e valentão o **Joaquim Bala**, o famigerado assassino do infeliz jovem Raphael, do desditoso Caxeado, e de um praça do 20º batalhão de infantaria conforme reza a parte oficial, já não falando em outras mortes cuja responsabilidade pesa sobre ele. Entretanto para o colega do jornal de Goyaz **Joaquim Bala** não passa de *um legalista*, que teve ensejo de liquidar um soldado do alferes Braz Moreira em um encontro com a força comandada por este oficial.¹⁰

⁹ Goyaz, Sexta-feira, 29 de março de 1889, p. 4.

¹⁰ Jornal Goyaz, 15 de janeiro de 1893.

Em 1835, o presidente da província Jozé Rodrigues Jardim alertava a assembléia legislativa sobre a necessidade de criar mecanismos para coibir os roubos de animais e a destruição dos rebanhos, praticados por homens da região e das províncias da Bahia, Maranhão, Pará e Piauí. Discursava o presidente, para os representantes estaduais, que os crimes contra a propriedade precisam ser coibidos pela polícia, e que os “malfeitores” e ladrões ao atacarem impunemente as “fazendas de gado”, geravam insegurança à “classe laboriosa” insegurança nos investimentos e inibiam “adiantamento da economia” da região.

Os roubadores, que entram pelos campos, e os conduzem livremente, os ladrões que entram a fazer charqueadas para vender, os vadios, e preguiçosos que a título de matar gado bravo destroçam impunemente o gado alheio, são outros tantos inimigos da prosperidade do pacífico fazendeiro, que de vós espera a justa proteção.¹¹

À ausência de instituições normatizadoras das relações entre proprietários, posseiros e vaqueiros faz com que os conflitos sejam resolvidos entre eles mesmos, a partir da criação de códigos próprios e válidos para o lugar. A população do sertão viveu distante dos mecanismos racionais da administração e da repressão institucional, as comunicações eram lentas e obedeciam aos ritmos da natureza: os rios, as correntezas, o trote dos cavalos, as estações diminuía ou aumentavam as atividades de plantio, comércio e a mobilidade em outros campos da vida cotidiana¹². “Sertão no Brasil quer dizer terreno ainda não de todo ganho ao trabalho e à civilização”, disse Taunay em 1875¹³.

Outro indício de um tipo de moralidade implícita no processo é o fato de Pedro dos Santos e Silva confessar a Lobato que possuía uma dívida com Canguçu – fruto de uma viagem que fizera ao Pará em suas canoas - e que se recusara a pagá-lo. Tal dívida, todavia, não teve a mesma relevância. Podemos inferir deste fato que Lobato adentrou terreno perigoso ao ocupar um pedaço de terra à beira do rio, próximo às fazendas de Canguçu. As beiras de rios são lugares de terras férteis, lugares cobiçados por criadores de gado devido à água, e também eram terras devolutas à espera de apropriação por

¹¹ Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz em 1835.

¹² Como nota Sérgio Buarque de Holanda, “indivíduos sem posses e marginais, sobretudo, encontravam um meio de vida no sertão”, Op. Cit., p. 219.

¹³ TAUNAY, Goyaz, 1875, Op. Cit.

quem tivesse mais recursos para explorá-las. Ao plantar roça acima da fazenda de Canguçu, o gado não pastaria livremente, sem destruir a roça.

Por outro lado, Eugênio Pereira de Pinho pode ter sido poupado de morte matada por ter acobertado e ajudado a planejar o assassinato de Lobato, em troca teria a dívida seria perdoada, desde que colaborasse com os matadores na emboscada que estavam preparando para consumir o crime. A dívida de Eugênio era o resultado de uma viagem que fizera nos botes de Canguçu ao Pará como remeiro, “camarada” de Canguçu. Já era prática conhecida: os remeiros contratados para levar e trazer mercadorias do Pará para a região do alto Tocantins, abandonavam os barcos abarrotados de mercadorias assim que recebiam seus soldos, deixando o proprietário com o prejuízo.

É também para lastimar, que a cada passo se encontrem homens que sem emprego, sem ofício, sem exercício algum (...) pesando sobre a classe laboriosa; que os camaradas no caminho desamparem os seus amos, quando lhes aprez, quase sempre achando-se adiantados de suas soldadas; que os remeiros da Repartição do Norte pratiquem o mesmo, deixando muitas vezes em desamparo Barcos carregados, de que resultam imensos danos aos seus proprietários.¹⁴

4 - UM PROCESSO CRIME, MUITAS HISTÓRIAS

É recorrente no processo a juntar os fatos narrados com os cavalos, referências aos nomes deles e à raça dos mesmos. Falar dos cavalos significa de imediato informar sobre a importância deles para as atividades de trabalho e de locomoção, mas nominá-los tem sentidos mais profundos, quais sejam o equiparar cavalos e homens, e sinalizar sobre os códigos referidos a situações concretas de reconhecimento de superioridade e/ou de inferioridade social, por exemplo.

Assim, alguns crimes ocorridos neste período (1870-1930) corroboram a tese do desajuste no tocante às necessidades de diferentes grupos: uns voltados à criação extensiva de muares e exportação do gado e seus derivados, couro e carne, e outros premidos pela necessidade de plantar para produzir a sobrevivência. O desajuste ocorre porque aqueles necessitam de mão de obra disponível para o trabalho com o gado, o amansamento dos muares e estes desejam ter terras para plantar. O trabalho agregado não satisfaz necessidades de alimentação. Lembrando sempre que o cultivo da terra

¹⁴ Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz em 1835, p.13.

requer dedicação extra, pois as técnicas de plantio eram mínimas e rudimentares. Se adotarmos a suposição de que às “técnicas rudimentares” “correspondem formas igualmente rudimentares de organização social”, torna-se compreensível os ajustamentos violentos que ocorrem nessas comunidades rurais.¹⁵

Para desvendar a história desse cenário de terras e de homens no alto do Rio Tocantins “escolhemos” analisar o assassinato de Francisco Pereira Lobato, processo crime de 1889-1893. Neste registro de conflito extremo, de morte, e, através dos relatos testemunhais, procuramos saber sobre a vida das pessoas comuns habitantes das beiradas dos rios, áreas quase desertas, de fronteiras abertas e conjuntura lenta. Na verdade não foi bem uma escolha, os registros sobre as gentes que habitavam lugares remotos no interior do Brasil são tão escassos que não tivemos escolha a não ser enfrentar a tarefa de conhecer a documentação encontrada e os personagens envolvidos no episódio relatado na peça documental.

Resta falarmos dos filtros interpostos pelo escrivão, principalmente, por narrar os depoimentos dos vaqueiros, lavradores, “carpiras” e dos “criadores”, em linguagem jurídica e culta, organizando e recriando a lógica dos acontecimentos contados pelos depoentes, quando a lógica só é possível no texto e não na vida cotidiana e prática. A escassez de fontes nos leva a penetrar nessa documentação por todas as portas permitidas: desde a estrutura fundiária à estruturação da família; da mobilidade social, das heranças e das fortunas. Tal escassez nos leva a extrair e analisar neste documento, ainda que de maneira fragmentária, tudo que nos parecer possível de interpretação. Inclusive diferenciando os “quadros desiguais de interpretação”, vaqueiros, roceiros, lavradores, criadores, negociantes, juízes, escrivães, promotores, oficiais de justiça precisam ser colocados em “sua base social” e a cada um a devida importância no interior das estruturas econômicas e culturais.¹⁶

¹⁵ CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio bonito, São Paulo, editora 34, p. 34.

¹⁶ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Editora LTC, 1989, p. 7.